

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 417, DE 2025 (MENSAGEM N° 785, DE 2024)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Urucará, Estado do Pará.

AUTORA: Comissão de Comunicação

RELATOR: Deputado PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Comunicação, que aprova o ato constante da Portaria nº 11.432, de 5 de dezembro de 2023, que renova, a partir de 20 de agosto de 2018, a permissão outorgada ao SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Urucará, Estado do Pará.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Comunicação, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.



temp-4-hours-expiration-41d0e569-ad9f-421f-9684-3b1b479dff4318148090666303066242.tmp

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252052077800>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion



* C 0 2 5 2 0 5 2 0 7 7 8 0 0 *

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2025.

A proposição em foco, elaborada pela Comissão de Comunicação limita-se a formalizar a ratificação, pela Câmara, de ato de renovação de permissão resultante da análise técnica realizada pelo Poder Executivo. Nesse sentido, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.



temp-4-hours-expiration-41d0e569-ad9f-421f-9684-3b1b479dff4318148090666303066242.tmp

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252052077800>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion



* C 0 2 5 2 0 5 2 0 7 7 8 0 0 *

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2025.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2025.

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Apresentação: 04/12/2025 09:36:11.520 - CCJC
PRL1 CCJC => PDL417/2025

PRL n.1



* C D 2 2 5 2 0 5 2 0 7 7 8 0 0 *



temp-4-hours-expiration-41d0e569-ad9f-421f-9684-3b1b479dff4318148090666303066242.tmp

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252052077800>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion